



PONTO DE VISTA
PUNTO DE VISTA

INTERFERÊNCIAS DE GOVERNO E DO TERCEIRO SETOR NO CONTEXTO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA

Glauca Margaret dos Santos Penêdo e Paiva*

Heloisa Helena Loiola**

Carmem Lúcia Freitas de Castro***

1 INTRODUÇÃO

A partir de índices socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB), do Vale do Jequitinhonha, torna-se notória a necessidade de propor alternativas para garantir a sobrevivência de sua população que estejam alicerçadas no desenvolvimento sustentável da região. Nesse sentido, investir em um melhor acesso à informação; agregar às oportunidades a valorização dos recursos naturais; contribuir para a geração de emprego e renda; e, sobretudo, promover a autoestima da população pela melhoria das condições e da qualidade de vida, torna-se imprescindível.

Além da dependência do poder público, a população economicamente ativa da região restringe-se a uma pequena parcela de habitantes, cuja fonte de renda funda-se, basicamente, na agropecuária de subsistência, seguida de algumas atividades ligadas ao artesanato e à produção mineral rudimentar. Especialmente na área do Médio

149

* - Graduada pela Faculdade Federal Odontologia Diamantina-MG. Curso Superior de Tecnologia de Processos Gerenciais: Gestão das Organizações do Terceiro Setor-UEMG/FaPP. Pós-Graduada em Saúde e Auditoria Odontológica-EAP/ABO/MG.

** - Graduada em Serviço Social pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social: UNESP – Franca-SP. Curso Superior de Tecnologia de Processos Gerenciais: Gestão das Organizações do Terceiro Setor - FaPP/UEMG. Pós-Graduada em Gestão Pública – 2013 (em curso): FaPP/UEMG – Belo Horizonte-MG.

*** - Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). MBA em Gestão de Instituição de Ensino Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Diretora da Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Campus Belo Horizonte, da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaPP/CBH/UEMG).

Jequitinhonha, é notória a dependência de investimentos públicos e o inexpressivo investimento privado. As estratégias de melhorias em função do estímulo para o investimento privado para esta região, considerada como das mais vulneráveis do Estado, carece de levar em conta seus indicadores sociais e econômicos e, sobretudo, a identidade cultural das comunidades ali inseridas.

Desta forma, percebe-se que somente o desenvolvimento local sustentável, somado aos esforços políticos, combaterá o problema da pobreza estigmatizada e perpetuada nos apelativos discursos político-eleitorais. Para a superação deste problema, é pertinente o estabelecimento de parcerias voltadas para a implementação de projetos tanto do poder público quanto de universidades e organizações da sociedade civil, voltados aos interesses das reais necessidades locais como suporte à promoção do desenvolvimento regional.

150 Acresce a isso as claras contradições presentes nas informações e dados oficiais da região. Nesse cenário, são diversos os projetos que se apresentam como pacotes advindos de instituições sediadas e cujas experiências em outras regiões com condições mais favoráveis garantem o êxito das propostas. As importações desses projetos para o Vale, com poucas adequações, nem sempre se efetivam por não traduzirem seja a vocação dos municípios que integram a região do Jequitinhonha, seja pela falta de experiência e vivência naquela região, seja pelo não envolvimento direto da participação popular.

Essas inserções pontuais na região deveriam se revestir de novas roupagens para a busca de soluções, para e com a população, que unissem forças em prol do pleno exercício da cidadania e da superação da exclusão, resultando num menor grau de dependência em relação às instâncias governamentais, aos interesses político-

partidários e um comprometimento efetivo das instâncias político-administrativas, responsáveis pelas políticas públicas na região.

A partir de uma crescente realidade, da quase omissão do Estado nas políticas sociais, essas foram sendo gradativamente transferidas ao chamado Terceiro Setor. A participação das entidades sem fins lucrativos, no Brasil, data do período colonial com o trabalho de caridade e benemerência das Santas Casas marcando a presença da igreja. Direta ou indiretamente, a Igreja Católica atuava prestando, à comunidade, a assistência de saúde e também de educação (GERENCIA DE ESTUDO SETORIAIS, 2001, p. 6-7).

Novas instituições surgiram atuando com fins filantrópicos junto ao Estado em vários setores, até a década de 30, quando o Estado Novo instituiu a titulação de finalidade pública para as entidades. A partir daí, outros eventos, nas últimas décadas, concorreram para um crescimento quantitativo e qualitativo do Terceiro Setor, como os movimentos sociais das décadas de 70 e 80, reivindicando direitos sociais e políticos. A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) promoveu melhorias no que diz respeito ao aumento dos direitos de cidadania a descentralização na promoção de políticas sociais.

Na década de 90, devido à necessidade de adequação das leis para a criação do Programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso propõe uma discussão de nova lei para o Terceiro Setor, a Lei das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Atualmente as articulações se voltam para a definição do marco legal para o Terceiro Setor no Brasil. Apesar das mais de 300 mil organizações, o Terceiro Setor ainda carece de um marco regulatório e de qualificação profissional.

Diante disso, propomos, nesse texto, uma reflexão sobre as possibilidades de inserção e intervenção do terceiro setor na região como vetor importante para alavancar o desenvolvimento sustentável

de pequenas comunidades e para contribuir com a efetiva melhoria da qualidade de vida dos municípios que compõem o Vale do Jequitinhonha.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O VALE DO JEQUITINHONHA

O Vale do Jequitinhonha, situado no nordeste do Estado de Minas Gerais, é uma região conhecida por seus baixos indicadores sociais e também por ter características típicas do sertão nordestino.

A interiorização, no século XVIII, das expedições a partir do Rio Jequitinhonha marcou um dos caminhos de Minas e tornaram o Vale do Jequitinhonha conhecido como um grande produtor de ouro e de diamantes, intensificando o povoamento. Os escravos foram utilizados na exploração mineral e agrícola, especialmente após o esgotamento das lavras minerais, nas culturas do algodão e da cana-de-açúcar. Por muito tempo, a região foi destaque na produção de algodão, especialmente no final do século XVIII, quando a exportação do produto colocava o Jequitinhonha como uma rota comercial, ligando Minas à Bahia.

Relatos históricos dos séculos XVII e XVIII, como também os de Saint' Hilaire no século XIX, demonstram que o Vale, após o ciclo do ouro, ocupou posição de referência, na Província de Minas, no cultivo, produção e como centro de comercialização de algodão, que ficou conhecido e foi exportado para a Europa por sua qualidade (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 194, 280, 284).

Após a queda na produção dos diamantes (final do século XVIII), o potencial econômico, em termos de visibilidade internacional, entra em processo contínuo de decadência. Esta situação, ainda hoje, segundo dados econômicos e sociais, persiste em boa parte do território, especialmente o Médio Jequitinhonha.

O nome Jequitinhonha deriva-se da prática de pesca dos índios Botocudos; jequi (armadilha de bambu) e onha (peixe): “no jequi tem onha”. O Vale ainda é considerado, pelos parâmetros da UNESCO, uma região pobre, e segundo dados do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Vale do Jequitinhonha (PADES/VALE) o empobrecimento da região reflete-se no enfraquecimento das atividades primárias. A economia tem como obstáculo, além das características geomorfológicas da região, uma estrutura fundiária desigual e baixo desenvolvimento tecnológico.

Entre os diversos problemas do setor ambiental com reflexo na situação de pobreza, destaca-se a degradação e a poluição do Rio Jequitinhonha, devido principalmente à ação de garimpagem. Com o uso de dragas no Alto Jequitinhonha, a diminuição do pescado atingiu toda a Bacia, permanecendo, como alternativas, as atividades da agricultura familiar e do artesanato.

As questões econômicas podem ser classificadas como extremas, indicando que medidas devem ser tomadas tanto com relação à preservação, conservação e recuperação do Vale, quanto alternativas de sobrevivência econômica para sua população. Neste aspecto, os impactos trazidos pela construção da Barragem de Irapé também é uma questão a ser levada em conta.

Administrativamente, o território do Vale está dividido em 55 municípios, todos integrantes do Polígono das Secas, no território mineiro. Dividido em três regiões: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, têm uma vegetação bem diversificada: de chapadas entrecortadas por córregos e ribeirões à savana. Hoje, as chapadas, que sempre foram fontes de subsistência por sua vegetação típica, estão sendo substituídas pelo reflorestamento com eucalipto.

A maioria da população do Vale encontra-se na zona rural. No entanto, percebe-se que, por ter suas atividades produtivas reduzidas pela

seca em virtude da estiagem prolongada, está ocorrendo um êxodo rural, haja vista a taxa anual do crescimento da população urbana. É também notória a histórica ineficiência política em atender às legítimas necessidades das populações que vivem no campo.

Um estudo acerca da proposição de políticas públicas para a região apresenta o seguinte quadro da situação:

As maiores taxas de pobres, acima de 70% da população, se encontram nos municípios do Médio Jequitinhonha. Nos municípios do Baixo Jequitinhonha, a pobreza atinge, aproximadamente, 60% da população. No contexto mesorregional, 65% da população eram consideradas pobres, ou seja, possuíam rendimentos mensais inferiores a R\$ 75,50 em 2000. A menor concentração de pobreza no Alto Jequitinhonha pode estar associada ao fato desta unidade geográfica abrigar o município de Diamantina, importante centro turístico. (CARNEIRO; FONTES a; FONTES b, 2006, p.156-157).

A composição populacional da região, por sexo, apresenta maior número do sexo feminino. Esse fenômeno, em parte, é explicável pela emigração da mão de obra masculina não qualificada, em virtude das reduzidas possibilidades de emprego na região. Assim os homens deixam a família e vão compor a força de trabalho temporário nas culturas, especialmente laranjais e canaviais de São Paulo, e ambulantes nas praias do litoral de São Paulo e da região sul.

Ao longo do tempo, foram somadas dificuldades que ainda comprometem os índices de Representatividade Regional, que determinam as condições sociais e econômicas da população; como demonstram estudos da Fundação João Pinheiro sobre a ainda persistente utilização de fossas subterrâneas e valas para escoamento do esgoto. O Produto Interno Bruto - PIB per capita, registrado para o Vale do Jequitinhonha, em 2010, auferido pelo Censo do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de R\$5.572,96, ou seja, uma renda mensal per capita de R\$464,41. Seu IDH médio em 2010 é de 0,651 enquanto a média do Estado de Minas Gerais é de 0,727.

Este trabalho prioriza a região correspondente ao território do Médio Jequitinhonha, que abrange uma área de 18.509,30 Km² e é composto por 19 municípios: Angelândia, Cachoeira de Pajeú, Chapada do Norte, Comercinho, Francisco Badaró, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Águas Vermelhas, Araçuaí, Berilo, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Pedra Azul e Virgem da Lapa. Sua população total é de 287.396 habitantes, dos quais 128.117 vivem na área rural, o que corresponde a 44,58% do total. Possui 20.410 agricultores familiares, 383 famílias assentadas e 21 comunidades quilombolas e pescadores tradicionais.

Os municípios do Médio Jequitinhonha são conhecidos pelo fenômeno “viúvas da seca”, mulheres que assumem a família enquanto os maridos são retirantes, emigrantes, citados anteriormente. As populações ribeirinhas se beneficiam da pesca e da agricultura familiar, mas a maioria está afastada dos rios importantes, habitando regiões áridas, onde os cursos de água são intermitentes, necessitando do constante abastecimento de água por caminhões-pipa, disponibilizados pelas prefeituras.

Também a Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e Norte de Minas avalia as condições de vida e saúde da população conforme a situação da mortalidade infantil. Desta análise, revelam-se importantes informações sobre o acesso e a qualidade da atenção médico-hospitalar e as condições de saneamento da população. Dentro das sub-regiões do Vale, as taxas são mais altas quanto mais empobrecida é a sub-região. As

taxas de fecundidade, embora em queda, são consideradas elevadas e são fatores que explicam o momento demográfico e social do Vale do Jequitinhonha.

A escolaridade no Vale do Jequitinhonha é, de maneira geral, baixa; a alfabetização e o nível de escolaridade da população são indicadores frequentemente utilizados para analisar as condições socioeconômicas da população. Pesquisas recentes mostram tendência de queda do analfabetismo na região, embora nem no ritmo e nem na intensidade desejável: ainda são demasiado elevadas. Outro elemento que permite avaliar as condições sociais e econômicas da população é a renda familiar média, que, no Vale do Jequitinhonha, apresenta níveis baixos, aproximadamente 2.61 salários mínimos.

3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PAPEL DO TERCEIRO SETOR

Na definição de Selma Frossard, da Fundação Getúlio Vargas, o Terceiro Setor é o espaço contemporâneo de fortalecimento das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. A instituição de uma Organização Não Governamental – ONG decorre da articulação de grupos de pessoas e entidades comungando ideais e visões voltadas para o bem comum. Este avanço evidencia a conscientização da sociedade civil sobre a necessidade de mudanças para a construção de um mundo melhor. As ações deste setor, em nível mundial, estão voltadas para a assistência social, saúde, educação, cultura, meio ambiente, cidadania, etc.

Em consequência das demandas contemporâneas, as organizações da sociedade civil, ditas não governamentais, passaram a ocupar o espaço público, considerado esfera do Estado, e que é abordado por Selma Frossard:

Essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade. (COSTA, S F *apud* TENÓRIO, 2001, p. 07).

Define-se como Primeiro Setor - o Estado; o Segundo Setor - o Mercado. No que se refere ao Terceiro Setor, ainda não há uma definição de consenso, nem mesmo quanto sua atuação e objetivo.

As Instituições do Terceiro Setor podem ter diversos formatos jurídicos e organizacionais, tais como associações, fundações, institutos, clubes sociais, congregação, etc. No âmbito latino-americano o termo Terceiro Setor designa também organizações e grupos informais, que desempenham importante papel na construção de ações de interesse público. (MASCARENHAS, 2012).

157

Nesse sentido os três setores, compõem entre si a relação da intersectorialidade. Nas últimas décadas, houve um avanço das relações, governo-empresas e a sociedade civil, movimentando-se diante dos desafios gerados pelo contexto socioeconômico, e em busca de equilíbrio social e ambiental bem como de soluções para o futuro da humanidade.

Em setembro de 2000, durante a Assembleia da ONU, foram definidas As Metas dos Objetivos do Milênio – ODM¹ e representam um exemplo do grande avanço da Intersectorialidade na construção da Responsabilidade Social. As metas estabelecidas por esta Assembleia foram:

- Acabar com a fome.

1 - **8 Jeitos de Mudar o Mundo**. Disponível em: www.objetivosdomilênio.org.br. Acesso em: 12 jan. 2010.

- Fornecer educação básica de qualidade para todos.
- Estabelecer a igualdade entre sexos e a valorização da mulher.
- Reduzir a mortalidade infantil.
- Melhorar a saúde das gestantes.
- Combater a AIDS, a malária e outras doenças.
- Proporcionar qualidade de vida e incentivar o respeito ao meio ambiente.
- Incentivar o trabalho de todos pelo desenvolvimento.

O contexto atual aponta o crescimento do Terceiro Setor como um instrumento de desenvolvimento sustentável em função das mudanças sociais, políticas, ambientais e econômicas. Este cenário exige conhecimento específico para uma gestão cada vez mais profissionalizada e dotada de instrumentos que permitam o alcance da missão para a qual são constituídas as Organizações. Segundo Boff,

é preciso ter uma visão mais integral da ecologia, que toma o ambiente natural em que estamos metidos, o ar que respiramos, o chão que pisamos, o alimento que comemos, a água que bebemos, mas também a ecologia social, que vê as relações sociais como agressões ao ser humano. Talvez o ser mais ameaçado hoje não é a baleia, não é o mico-leão-dourado. É o ser humano pobre, obrigado a morrer antes do tempo, se está doente não pode se tratar, se tem fome não pode comer. Então a ecologia social cuida da justiça ecológica, ou seja, qual é a relação correta para com esse ser complexo que é o ser humano, mas também a ecologia mental, quais são as ideias e categorias que estão em nossa cabeça que nos levam a discriminar, a usar da violência, que nos levam a destruir uma mata, poluir o solo. (BOFF, 2003, p.2).

Assim, pensar uma proposta relacionada à Educação Ambiental é um meio de contribuir com a formação do cidadão em uma nova visão, para a construção de conhecimento integrado e, ao mesmo tempo, complexo, no qual o indivíduo seja capaz de perceber e compreender o mundo em que vive. Daí a necessidade da interdisciplinaridade, uma vez que o alvo, na educação ambiental, é o ser humano com sua diversidade e complexidade.

É ainda incipiente o número de instituições com especificidade de formação para esta área de atuação. No Estado de Minas Gerais, apenas a UEMG/FaPP (desde 2009) oferece o Curso Superior de Tecnologia de Processos Gerenciais - Ênfase em Gestão das Organizações do Terceiro Setor, possibilitando o acesso à metodologia para a construção de um conhecimento que integre teoria e prática de forma dinâmica.

3.1 Fortalecimento do terceiro setor para o desenvolvimento sustentável da região do Vale do Jequitinhonha

159

Para Margarida Maria Moura, “a pobreza do Vale é fruto de transformações que ocorrem, especialmente, na esfera das relações de produção, além da violência simbólica, material e física que caracteriza seu cotidiano” (MOURA, 1998, p. 3). O empobrecimento da região foi caracterizando a identidade daquele povo, dos discursos acerca da região. Sabe-se que essa situação demanda mudanças, a exemplo da política de água que, há décadas, representa um paliativo e ainda não atinge a raiz do problema. Alimentada pelos grandes períodos de estiagem, a “indústria da seca” ainda se beneficia da carência, acomodando o povo com as políticas assistencialistas e emergenciais.

Dessa forma, é preciso considerar as Organizações do Terceiro Setor, que buscam romper com os círculos de reprodução e manutenção desse processo de empobrecimento. A atuação delas

gera alternativas e diferentes respostas para a vida das pessoas. São redes de solidariedade e sustentabilidade que fortalecem e melhoram as condições gerais da população.

Para muitos que se dedicam ao tema movimentos sociais e educação popular, há uma tendência, ou por formação acadêmica, ou por orientação política, de fazer uma leitura das falas e das ações das classes populares pela categoria carência. Se de um lado a pobreza e miséria se prestam a reforçar o uso da categoria, há intelectuais que pensam que tal leitura possa frequentemente empobrecer nossas análises. Chamam atenção para categoria 'intensidade' que traz dentro de si a ideia da iniciativa, de lúdico, de autonomia. (VALLA, 1988, p. 197-198).

Para o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Jequitinhonha, as Organizações da Sociedade Civil (pessoas físicas e/ou jurídicas) são importantes instrumentos para promover a integração público-privada com vistas à atuação em rede, voltadas para o fortalecimento da intersectorialidade.

Segundo Celso Freire Silva (2005), as tentativas para o desenvolvimento regional não têm atendido os reais interesses do desenvolvimento, pois são apenas reformatados os paradigmas e nunca há o debate central sobre o futuro do Vale. A articulação entre sociedade civil, movimentos sociais e governos (local, regional, estadual, federal) é um impulso necessário para que seja fortalecido e empoderado o capital social.

A partir destas constatações, abrem-se amplas perspectivas para o desenvolvimento local e regional, embora haja que se considerar a existência de muitas dificuldades a serem vencidas, principalmente aquelas relacionadas à velha concepção do modo de fazer política. Há aí uma grande barreira cultural a ser vencida: a superação do modelo tradicional paternalista, dominante e centralizador, e a construção de uma nova cultura

política regional baseada na flexibilidade, na integração e na autodeterminação regional. Essa nova visão pressupõe a formulação de políticas sociais, voltadas para o desenvolvimento regional integrado e sustentado tendo como pano de fundo a vocação local. Para a formulação dessas políticas sociais, capazes de realizar mudanças de qualidade de vida das pessoas, faz-se necessária a participação coletiva da sociedade, discutindo e propondo ações abrangentes e transformadoras. (SILVA, 2005, p. 104).

É evidente a ausência de um mapeamento que possibilite o conhecimento não só das atividades desenvolvidas pelo Terceiro Setor, mas também e sobretudo em relação ao número de instituições que o compõem e a natureza de suas atividades.

O cenário atual registra aspectos desfavoráveis tais como: inexistência de um Banco de Dados; amadorismo: falta de capacitação técnica e operacional; carência de investimento e de sustentabilidade financeira; manipulação eleitoral e corrupção; respeito à ética e à transparência contábil das organizações; desentendimento quanto ao real papel das entidades; pouco domínio das tecnologias informacionais; ausência de trabalho dentro dos preceitos do voluntariado; dependência do Governo como solução geral; necessidade de fortalecimento da gestão interna; conflitos nos processos de decisão; ausência de Legitimidade – indisponibilidade de informação básica de formação legal da Organização, dentre outros.

O cenário do Terceiro Setor na região sugere a necessidade de um banco de dados que retrate as organizações sociais em redes de ações sociais e intersetoriais atuantes na região bem como o mapeamento das instituições caracterizadas como organizações da sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse público, como condição imprescindível ao objetivo de implantar e

potencializar as ações para o fortalecimento das Organizações do Terceiro Setor, visando à melhoria dos indicadores sociais da região.

A Associação Pró-Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (APROVALE), como entidade do Terceiro Setor, criada com a participação de alunas egressas do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais: ênfase em Gestão das Organizações do Terceiro Setor, buscou congregar em suas metas toda a vivência da prática e experiências obtidas a partir de ações desenvolvidas com outras entidades na região, e a fundamentação teórica adquirida no decorrer do curso de graduação.

Com a missão de “Promover ações para o desenvolvimento sustentável do Vale do Jequitinhonha”, insere-se conceitualmente como organização “não governamental de pessoa jurídica sem fins lucrativos,” qualificada como OSCIP (estadual e federal). A criação dessa associação decorreu da constatação de que o Terceiro Setor, atualmente, vem se ampliando, graças, sobretudo, à incorporação da noção de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil, e, portanto, se constituindo como instrumento adequado para diversas formas de intervenção social.

Exercendo, até então, um trabalho voluntário, a APROVALE tem disponibilizado, ao Vale do Jequitinhonha, uma estrutura pautada nos princípios de cooperação para melhor responder às demandas, pois considera a integração dos sistemas produtivos locais, as alianças e parcerias em ações alternativas, promotoras do empreendedorismo, da participação da sociedade e da solidariedade. A mobilização da população e o envolvimento de atores locais são necessários para dar visibilidade às organizações, objetivando a construção de redes de ações sociais e intersetoriais para que se articulem e se reforcem mutuamente, no contexto de representação da sociedade civil do Vale. É inegável enfatizar que os desafios e as possibilidades das

demandas de instituições como esta são de grande importância para uma nova construção.

A preocupação em compreender os processos que determinam a realidade do Vale torna cada vez maior o espaço de oportunidades na busca de conhecimentos para o desenvolvimento de atividades, que promovam a sustentabilidade e a redução da pobreza. Em sintonia com esta realidade, a APROVALE, a partir de um levantamento de demandas junto à comunidade, percebe a necessidade de que alguns projetos sejam implantados.

Nesse contexto, aparece, como eixo principal, a necessidade de se realizar um Retrato Social a partir do levantamento, identificação, indicação das ações e o mapeamento das organizações e associações da sociedade civil compromissadas com o desenvolvimento das políticas socioeconômicas da região do Vale do Jequitinhonha. O resultado obtido pode se constituir num indicativo e estímulo às parcerias público-privadas, contribuindo assim com os mecanismos de formulação e reformulação das políticas públicas para o desenvolvimento regional.

163

A partir da consolidação das informações obtidas, a implantação de um projeto piloto, na região Médio Jequitinhonha (19 municípios), poderá ser viabilizado para atender o objeto real e cotidiano de cada comunidade e as orientações das ações políticas para o desenvolvimento embasado nas demandas e aspirações locais.

Para a construção desses projetos, há que se identificar as entidades legalmente constituídas; mapear áreas de atuação; identificar as que recebem recursos (públicos/privados) para execução de projetos; avaliar o processo de gestão organizacional e aplicação de recursos públicos e/ou privados pelas entidades agraciadas com convênios, Termos de Parceria, Contratos de Gestão e outros instrumentos; implementar programas de qualificação de gestores para as entidades

do Terceiro Setor; aprimorar os mecanismos de equilíbrio de forças entre os três setores da economia; colaborar na identificação e aprimoramento dos mecanismos de controle interno e externo das entidades do Terceiro Setor, visando a promover o fortalecimento das instituições; promover o empreendedorismo social; promover a cidadania ativa e a participação social nas instâncias de decisão das políticas, dentre outros.

Espera-se que os resultados do Retrato Social do Vale do Jequitinhonha influenciem uma atuação ética e positiva das Organizações Sociais em Redes de Ações Sociais e Intersectoriais parceiras do setor público e da iniciativa privada, possibilitando efeitos relevantes, tais como: elaboração de um plano de desenvolvimento da área de atuação; integração das OTS (Organizações do Terceiro Setor) para o desenvolvimento sustentável; sinalização de intervenções, priorizando ações emergenciais demandadas no diagnóstico; ações coletivas, visando a trabalhar a “consciência societária para o bem comum”; capacitação técnica para a gestão organizacional; desenvolvimento de ações estratégicas a fim de abrir espaços para o engajamento da comunidade do entorno e de segmentos governamentais, empresariais, na concretização da proposta geral definida no trabalho das Organizações; conscientização do empresariado local quanto à responsabilidade social do bem-estar da comunidade em que se insere, visando ao comprometimento com a atuação das Entidades a fim de efetivar parcerias com os projetos delas; otimização do processo de comunicação, visando a buscar parceiros e doadores, recrutar voluntários, informar sobre as atividades, aumentar o envolvimento dos beneficiários e de seus colaboradores locais; transparência: prestar contas à sociedade sobre o investimento dos recursos recebidos; promoção do empoderamento social - participação comunitária, comunidade com poder de decisão e de resolução.

Além dessas ações, torna-se imperativo repensar ações de capacitação para as Entidades do Terceiro Setor, visando ao resgate e à integração das associações, objetivando fortalecer o vínculo para maior eficácia da gestão no desenvolvimento institucional e o fortalecimento da intersectorialidade no Vale do Jequitinhonha como pressuposto de sua capacidade de promover o desenvolvimento regional, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, por meio de ações abrangentes e coerentes com a realidade local.

Em verdade, o próprio campo do Terceiro Setor parece se confundir, em vários momentos, com o das políticas públicas, dadas as formas institucionalizadas de se pensar a ação social atualmente. Tendo como campo de trabalho um universo totalmente plural, que passa pela saúde, educação, trabalho, assistência social, moradia e habitação, cultura, desenvolvimento urbano e rural, etc., as organizações do Terceiro Setor são a um só tempo produto e produtores de políticas públicas. (MASCARENHAS, 2012).

165

Na mesma ordem de importância, a atualização e capacitação para a Gestão das Políticas Públicas irá possibilitar aos servidores conhecer mais sobre o seu papel como gestor de política pública, como servidor público, e o seu comprometimento com desafios, como, por exemplo, medir o desempenho de sua área e o planejamento de suas ações na administração.

Outrossim, outras ações podem gerar impactos positivos e responsáveis por transformações significativas, destacando-se, entre elas, a capacitação do jovem-adolescente, promovendo a integração societária deste público através de sua preparação para o mercado de trabalho, como mão de obra qualificada, focalizando não só a formação do profissional capacitado, mas também, antes de tudo, a formação do indivíduo como "ser social" consciente, que vive em sociedade, que dela depende e por ela deve zelar. Ciente de tal

responsabilidade, naturalmente o individualismo cede lugar à ação coletiva, desenvolvendo-se a partir daí a consciência para o bem comum.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do baixo poder de participação e de articulação das comunidades, somado ao isolamento físico e à desinformação, o trabalho de fortalecimento é de fundamental importância para orientar o planejamento e deliberação de ações específicas de promoção social e de desenvolvimento sustentável do Vale do Jequitinhonha.

Dada a necessidade de alinhar as pesquisas existentes com a elaboração de novos estudos referentes às Instituições do Terceiro Setor no exercício do controle social e de suas práticas de gestão, a discussão exige bases de racionalidade para orientar e acompanhar a ação dos agentes assim como das próprias instituições. Em busca de legitimidade e recursos, buscou-se identificar as influências sofridas em relação à prestação de contas e à avaliação dos serviços prestados, enfim conhecer o protagonismo das características e dinâmicas de gestão das demandas existentes.

A APROVALE acredita que a iniciativa de atores identificados com sua realidade, por participar dela e conhecer as principais demandas, legitima a emergência da inversão da assistência levada ao Vale do Jequitinhonha, caracterizada ainda hoje pelo assistencialismo.

Fortalecer o trabalho social implica disponibilizar suporte às Organizações da Sociedade Civil, com vistas a sua estruturação institucional, acreditando cooperar para a promoção do empoderamento das comunidades locais.

A palavra manifestada por Euclides da Cunha traduz este pensamento:

O sertanejo é antes de tudo um forte [...]. É o homem permanentemente fatigado [...]. Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso [...]. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se [...] da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias. (CUNHA, 2004, p. 146-7).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DESENVOLVIMENTO DO VALE DO
JEQUITINHONHA - APROVALE. Estatuto: Virgem da Lapa, 2005.

BAVA, Silvio C. O terceiro setor e os desafios do estado de São Paulo para o Século XXI. In: Cadernos Abong. **ONGs identidades e desafios atuais**. São Paulo: Autores Associados, 2000. p. 41-86.

167

BOFF, L. **Carta da Terra**. II Fórum Mundial de Educação, janeiro 2003.

BOFF, Leonardo. **Ética & Eco** - espiritualidade. Campinas: Versus Editora, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de informações territoriais**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio057.pdf>. Acesso em: 04 out. 2012.

CARNEIRO, P. A. S.; FONTES, M. P. F. Aspectos físicos e agrícolas do Estado de Minas Gerais. In: FONTES, R.; FONTES, M. P. F. (Eds.). Crescimento e desigualdade regional em Minas Gerais. Viçosa (MG): **Folha de Viçosa**, 2005, p.151-222.

COSTA, Selma Frossard. O espaço contemporâneo de fortalecimento das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos: o terceiro setor em evidência. In: **O desafio da construção de uma gestão atualizada e contextualizada na educação infantil**: um estudo junto às creches e pré-escalas não governamentais que atuam na esfera de assistência social, no município de Londrina - PR, 2003. Tese (Doutorado em Educação) USP, 2003. 233p.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

GERÊNCIA DE ESTUDOS SETORIAIS (GESET). **Relato setorial nº 3**. Terceiro setor e o desenvolvimento social. Julho, 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2012.

GONÇALVES, H. S. **O Estado o terceiro setor e o mercado**: uma tríade completa. Disponível em: <<http://www.rits.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

MASCARENHAS, Leonardo B.. In: CASTRO, Carmem L.F.; GONTIJO, Cynthia R. B.; AMABILE, Antônio E. N. (Orgs.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

MOURA, Margarida M. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

ROTHGIESSER, Tanya L. **Sociedade civil brasileira e o terceiro setor**. Disponível em: <<http://www.terceirosetor.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP, 1975.

SILVA, Joaquim Freire Celso. **Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha**. A difícil construção da nova cultura política regional. Santo André, SP: Alpharrabio Edições; São Caetano do Sul: SP: Universidade IMES, 2005.

SOUZA, João Valdir Alves de. HENRIQUES, Márcio Simeone (Orgs). **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

TENÓRIO, Fernando (org.). **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. 5. São Paulo: FGV, 2001.

VALLA, Victor V.; STOTZ, Eduardo N.; ALGEBAILLE, Eveline B. (Orgs.). **Para compreender a pobreza do no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

169

Recebido: 16/04/2012

Aprovado: 01/04/2013